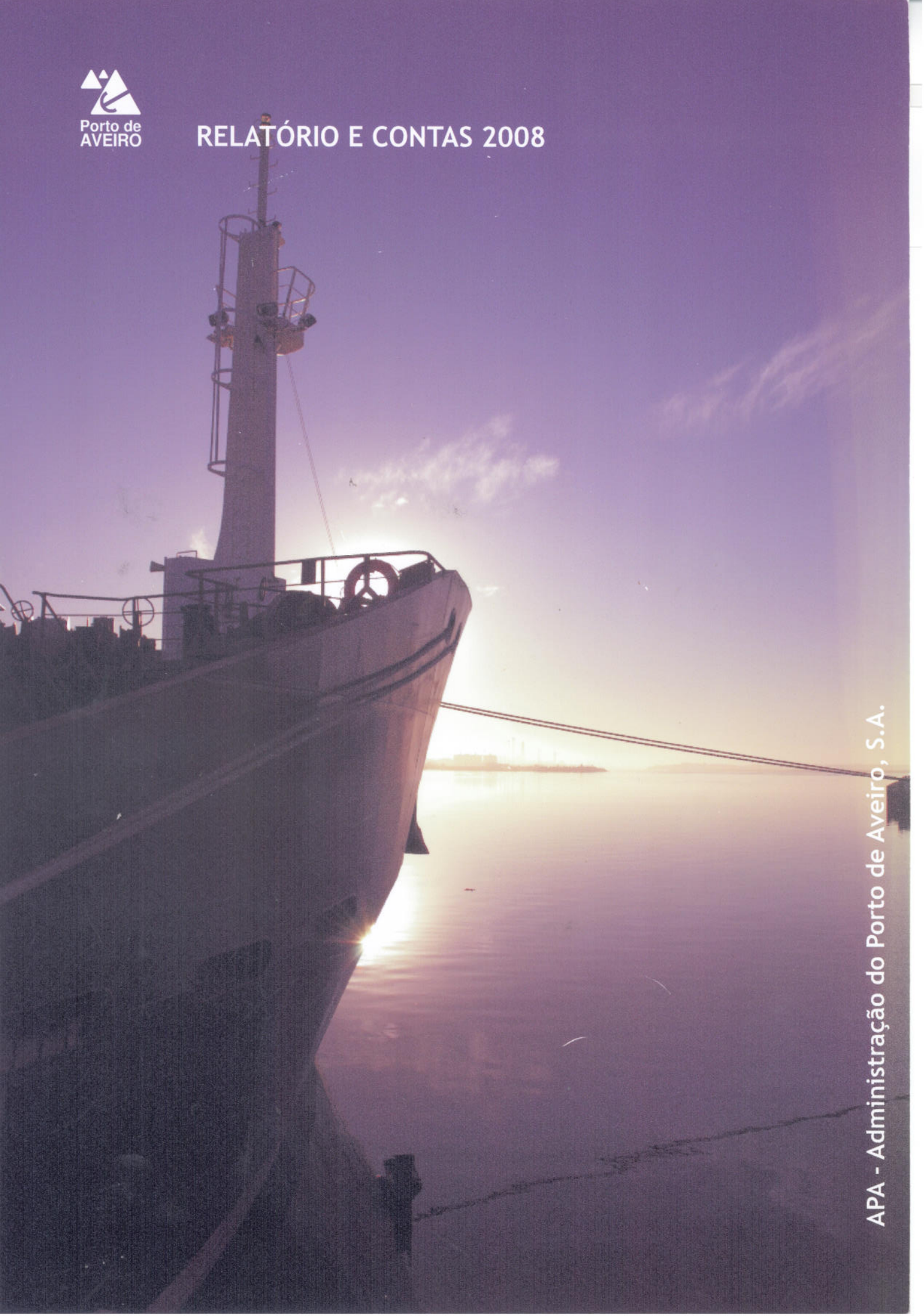
Porto de AVEIRO

RELATÓRIO E CONTAS 2008



APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.

ÍNDICE

Relatório de Gestão

Mensagem do Conselho de Administração 4

1. Síntese de Indicadores 8

2. Governo de Sociedade 10
2.1. Missão, Objectivos e Políticas da empresa 11
2.2. Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita 13
2.2.1. Regulamentos Externos 13
2.2.2. Regulamentos Internos 15
2.3. Informações sobre transacções relevantes com entidades relacionadas 16
2.3.1. Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM) 16
2.3.2. APP - Associação dos Portos de Portugal 17
2.4. Outras Transacções 17
2.5. Modelo de Governo e identificação dos órgãos Sociais 17
2.5.1. Modelo de Governo 17
2.5.2. Funções e Responsabilidades 18
2.5.2.1. Conselho de Administração 18
2.6. Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais 19
2.6.1. Estatuto Remuneratório Fixado 19
2.6.2. Remunerações e Outras regalias 20
2.7. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental 22
2.8. Avaliação do cumprimento dos princípios do bom governo 34
2.9. Código de Ética 34

3. Gestão de riscos 35

4. Politica de Financiamento 38

5. Actividade Portuária 42
5.1. Movimento de Navios 43
5.2. Movimento de Mercadorias 44
5.2.1. Movimento de Mercadorias por Tipo de Carga 44
5.2.1.1. Carga Geral Fraccionada 45
5.2.1.2. Granéis Sólidos 46
5.2.1.3. Granéis Líquidos 47
5.2.2. Movimento de Mercadorias por Terminal 47
5.2.2.1. Terminal Norte 48
5.2.2.2. Terminal Sul 48

5.2.2.3. Terminal de Granéis Líquidos 48
5.2.3. Movimento de Mercadorias por Importações/Exportações 49
5.3. Sector das Pescas 50
5.3.1. Porto de Pesca Costeira 50
5.3.2. Porto de Pesca do Largo 50

6. Investimentos 51

7. Concessões 54
7.1. De Prestação de Serviços 55
7.1.1. SOCARPOR - Sociedade de Cargas e Descargas, S.A. 55
7.1.2. TINITA - Transportes e Reboques Marítimos, S.A. 55
7.2. De Uso Privativo 55
7.2.1. SOCARPOR - Sociedade de Cargas e Descargas, S.A. 55
7.2.2. NAVALRIA Docas, Construções e Reparações Navais, S.A. 56
7.2.3. DOCAPESCA - Portos e Lotas, S.A. 56
7.2.4. Prio Biocombustíveis, S.A. 56
7.2.5. Prio Advanced Fuels, S.A. 56
7.2.6. Pellets Power, Lda 57
7.2.7. Enerpellets, S.A. 57
7.3. Outras Concessões em Curso 57
7.3.1. Concessão do direito de exploração comercial, em regime de serviço público, da movimentação de cargas no Terminal de Granéis Líquidos do porto de Aveiro 57
7.3.2. Sector Norte 57

8. Segurança no Porto 58
8.1. Plano de Emergência Interno (Safety)
8.1. ISPS - International Ship and Port Facility Security Code 59
8.3. Controlo de Tráfego Marítimo do porto de Aveiro 59
8.4. Segurança e Higiene no Trabalho 59
59

9. Tecnologias e Sistema de Informação 61
9.1. PIP`e - Procedimentos e Informação Portuária electrónica (Normalização de Informação, Simplificação e Harmonização de Procedimentos nos Portos Portugueses) 62
9.2. PORTMOS - Integration of the Portuguese Ports and Maritime System in the Motorways of the sea 62
9.3. Arquivo Histórico - Documental 62

10. Marketing e Relações Externas 64

11. Recursos Humanos 69
11.1. Evolução do Efectivo 70
11.2. Habilitações Literárias 70
11.3. Activos por áreas operacionais 71
11.4. Escalões Etários 71

11.5. Antiguidade 72
11.6. Indicadores 73
11.6.1. Trabalho e Absentismo 73
11.6.2. Formação com o Pessoal 73
11.6.3. Produtividade 75
11.6.4. Custos com o Pessoal 75
11.6.5. Outros Custos com o Pessoal 75
11.6.5.1. Medicina no Trabalho 75

12. Análise Económico-Financeira
12.1. Situação Económica
12.1.1. Resultados
12.1.1.1. Resultado Operacional
12.1.1.2. Resultado Financeiro
12.1.1.3. Resultado Extraordinário
12.1.2. Meios Libertos Líquidos
12.1.3. Valor Acrescentado Bruto
12.2. Situação Financeira e Patrimonial
12.2.1. Imobilizado
12.2.2. Indicadores Financeiros de Estrutura

13. Proposta de Resultados 83

14. Nota Final 85

Contas do Exercício

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Mensagem do Conselho de Administração

2008 foi um excelente ano para o porto de Aveiro, a vários níveis. Porque se iniciaram obras; porque se concluíram outras e outras começaram a ser projectadas; porque se registou um crescimento assinalável na movimentação de mercadorias; porque se celebrou condignamente a efeméride maior do Bicentenário da abertura da Barra de Aveiro.

Prosseguiram as obras do Ramal da Ligação Ferroviária ao Porto de Aveiro, mantendo-se a programação prevista para sua a conclusão.

Esta ligação é indispensável para aumentar a atractividade do porto, permitindo o alargamento do *hinterland* portuário à região de Castela e Leão. Com a sua conclusão, o porto de Aveiro ficará ligado à rede ferroviária nacional através das Linhas do Norte e da Beira Alta e, futuramente, à linha mista de velocidade elevada Aveiro-Salamanca, prevista no âmbito da Rede Ferroviária de Alta Velocidade.

Esta ligação ferroviária vai permitir ainda articular os pólos logísticos da Zona portuária e de Cacia da plataforma portuária de Aveiro, potenciando o aumento da movimentação de cargas por caminho-de-ferro a todo o *hinterland* portuário.

As obras da construção da Plataforma Logística Portuária de Aveiro - Pólo de Cacia ficaram praticamente concluídas, prevendo-se a sua entrada em exploração no mês de Março de 2009.

Entrou em funcionamento, logo no primeiro mês do ano, o terminal especializado para a movimentação de granéis sólidos. Encontra-se dotado de um cais com 750 m de comprimento a fundos de -12 m e terraplenos com uma área total de 26 ha devidamente infra-estruturados (redes de serviços e ligação ferroviária). Este projecto teve como principal objectivo aumentar a capacidade instalada do porto de Aveiro para a movimentação de granéis sólidos e oferecer condições operacionais mais eficientes e mais atractivas para os agentes económicos, mormente através da oferta de condições para a recepção de navios de maior dimensão e de serviços ferroviários.

Em Julho de 2008 ficou concluída a construção do Terminal Especializado para a movimentação de Granéis Líquidos e Parque Logístico Adjacente. Consistiu na construção de 3 novos postos de acostagem vocacionados para a movimentação de granéis líquidos, com fundos adjacentes a -12m, e de terraplenos com uma área total de 66 ha. Estes encontram-se dotados com infra-estruturas ferroviárias e com as esteiras necessárias à instalação dos *pipelines* que ligam as zonas de armazenagem previstas aos aludidos postos de acostagem.

Este projecto teve como principal objectivo aumentar a capacidade instalada do porto de Aveiro para a movimentação de granéis líquidos e oferecer condições operacionais mais eficientes e mais atractivas para os agentes económicos, mormente através da oferta de condições para a recepção de navios de maior dimensão e de serviços ferroviários.

Iniciou-se a construção da 3.ª fase da Via de Cintura Portuária. Este projecto envolve a construção de um acesso rodoviário com uma extensão de cerca de 2,2 km, e ligará o troço já concluído da Via de Cintura Portuária (1ª e 2ª fases) à A25, junto ao nó da "Friopesca". Os seus principais objectivos consistem num maior ordenamento da zona portuária afecta ao Porto de Pesca do Largo e no aumento da eficiência no escoamento das mercadorias com origem e destino no porto, mormente as que têm origem e destino nos seus novos terminais de granéis sólidos e líquidos. A sua entrada em exploração está prevista para Setembro de 2009.

Iniciou-se o projecto de melhoria das acessibilidades marítimas do porto de Aveiro. Envolve a execução de duas componentes de investimento. A primeira consiste no estabelecimento, à cota de -12 m (Z.H.), de um novo canal exterior de acesso dos navios ao porto de Aveiro (na zona de aproximação do porto), alinhado com o canal de entrada de navegação. A 2ª componente do projecto é complementar à 1ª e corresponde ao prolongamento em 200 metros do molhe norte, necessária para dotar o novo canal de acesso de condições de abrigo contra a agitação e as correntes marítimas desfavoráveis.

Este projecto terá como principais mais-valias relativamente ao actual canal exterior de navegação, por um lado, o aumento dos seus fundos em mais 2,5 m e, por outro lado, o facto de permitir que a aproximação dos navios se faça sem mudança de trajectória relativamente ao canal de navegação interno, com melhoria das condições de segurança de navegabilidade. Após o investimento, a dimensão máxima permitida dos navios que poderão escalar o porto de Aveiro será de 10,5 m de calado e de 200 m de comprimento.

Prevê-se a entrada em exploração dos novos fundos da zona de aproximação da barra em meados de 2009 e do prolongamento do molhe norte até final de 2011.

Estreámos o ano com uma distinção que muito nos orgulha, a atribuição, ao porto de Aveiro, pela Região de Turismo Rota da Luz, do Prémio "ENTIDADE PÚBLICA".

Ainda em Janeiro assinámos o acordo de geminação entre os portos de Aveiro e de Gijón. Em Fevereiro inaugurámos, com o navio "SAMISTAL", a Ponte 26 do Terminal de Granéis Líquidos.

O primeiro Relatório de Sustentabilidade da APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A. (APA) foi publicado em 2008, ano em que assinámos acordo de cooperação com o Centro de Seguridad Marítima Integral Jovellanos; ano em que, mais uma vez, fomentámos acções de formação de vária índole a frequentar pelos nossos colaboradores. Formação que correu a par do estreitar de laços com a comunidade académica da região. Referimo-nos às acções desenvolvidas em conjunto com a Universidade de Aveiro, bem como à entrada em funcionamento da Pós-Graduação em Logística e Gestão Portuária, leccionada no ISCIA, com a participação de especialistas do porto de Aveiro.

Em Julho inaugurámos o Centro de Controlo de Tráfego Marítimo do Porto de Aveiro (VTS do Porto de Aveiro).

Em Agosto foi aprovado, pelo Conselho de Ministros, o decreto-lei que criou a Administração do Porto da Figueira da Foz (APFF, S.A.), bem como os respectivos estatutos. Novo e tremendo desafio se coloca, a partir de agora, à actual Administração do Porto de Aveiro.

Abrimos os órgãos sociais da Comunidade Portuária às empresas parceiras, tendo conseguido uma adesão significativa e de qualidade a este nosso desiderato, como facilmente se patenteia ao consultarmos os nomes que integram os novos corpos directivos da Comunidade Portuária de Aveiro.

2008 foi ainda o ano em que entrou em vigor o Código de Ética e o novo Sistema de Avaliação de Desempenho da APA.

Assinalámos condignamente a passagem do Bicentenário da Abertura da Barra de Aveiro. Programa ambicioso, repleto de iniciativas de reconhecido mérito, que serviu, entre outros louváveis propósitos, para aproximar a empresa da comunidade envolvente. Promovemos conferências, oferecemos concertos, divulgámos o riquíssimo património histórico-documental depositado nos nossos arquivos, editámos livros, inaugurámos exposições várias, lançámos concursos de índole artística e cultural, promovendo ainda, com o mesmo vigor de anos anteriores, a nossa presença no ciberespaço.

Desenvolvemos uma série de iniciativas tendentes a gerar maior visibilidade ao porto de Aveiro. Acções que constam do "caderno de encargos" do Plano Estratégico do Porto de Aveiro, e que foram desenvolvidas pelo Departamento de Marketing e de Relações Externas da APA.

1. Síntese de Indicadores

Indicador	Unidade	2007	2008
Movimento Portuário			
Toneladas Movimentadas	Mil Toneladas	3.272	3.466
Arqueação Bruta	Mil GT	3.069	3.325
N.º de Navios	Número	977	1.010
Investimento			
Capital Investido	Mil €	5.777	4.095
PIDDAC	Mil €	1.065	2.372
Fundos Comunitários	Mil €	1.789	716
Auto - Financiamento	Mil €	2.923	1.006
Económico - Financeiros			
Volume de Negócios	Mil €	11.583	13.052
Resultado Operacional	Mil €	-1.414	-510
Resultado Líquido	Mil €	104	221
EBITDA	Mil €	4.167	5.034
Recursos Humanos			
Trabalhadores	Número	122	120
Massa Salarial	Mil €	4.677	4.790
Horas de Formação	Horas	948	1.486
Ambiente e Segurança			
Consumo de água	1.000 m3	181	207
Consumo de electricidade	1.000 kWh	4.204	3.988
Gestão de Resíduos			
Eliminação	Toneladas	310	428
Reciclagem	Toneladas	184	188
N.º de Acidentes (derrames)	Número	2	0

2. Governo de Sociedade

O presente capítulo pretende dar cumprimento à Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março que aprova os Princípios do Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado, bem como ao previsto no Decreto-Lei n.º 558/99 de 17 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 300/2007 de 23 de Agosto, seguindo o modelo proposto pela Direcção Geral do Tesouro e Finanças.

2.1. Missão, Objectivos e Políticas da empresa

O porto de Aveiro tem como missão "***facultar o acesso competitivo de mercadorias aos mercados regionais, nacionais e internacionais, promovendo assim o desenvolvimento económico da sua região.***"

Tendo em conta a fase de transição que caracteriza actualmente o porto de Aveiro e o imperativo prioritário de aproveitamento e potenciação das suas novas valências infra-estruturais no contexto dos mercados nacional, ibérico e internacional, a Visão do porto no horizonte 2015 foi definida fundamentalmente com base nas características endógenas do porto de Aveiro, por forma a valorizar e explorar os seus pontos fortes e a eliminar, ou minimizar, os seus pontos fracos.

A Visão é consubstanciada no seguinte desiderato: "***O porto de Aveiro será um dos mais dinâmicos e competitivos portos da Faixa Atlântica da Península Ibérica no transporte de curta e média distância, e possuirá um amplo pólo de desenvolvimento logístico e industrial***".

Para a prossecução desta Visão foram definidos três objectivos estratégicos:

1.º - Alargar e potenciar o *hinterland*;

2.º - Realizar o potencial de capacidade em reserva e

3.º - Melhorar a oferta de serviços portuários.

Com os dois primeiros objectivos, pretende-se potenciar os factores de competitividade endógena do porto, aproveitando:

- A boa inserção territorial do porto, decorrente do dinamismo económico do *hinterland*, da posição geográfica central do porto nesse mesmo *hinterland*, dos bons acessos terrestres e da ausência de pressão urbanística e

- A grande capacidade em reserva no que reporta à acostagem de navios, utilização de terraplenos e valorização dos terrenos em reserva para a instalação de actividades logístico-industriais.

Com o terceiro objectivo pretende-se:

- Minimizar os obstáculos ao desenvolvimento do porto, decorrentes das limitações do seu acesso marítimo e
- Superar os constrangimentos detectados nos processos de gestão e operação portuária.

A concretização dos referidos Objectivos Estratégicos pressupõe seis **Linhas Estratégicas de Desenvolvimento** que se baseiam na Melhoria dos Acessos, no Ordenamento Territorial, na Passagem para o modelo *Landlord port*, na Melhoria do Enquadramento Organizacional e Regulamentar, na Promoção da Actuação Comercial e no Envolvimento da Comunidade Portuária.

A linha Melhoria dos Acessos, é de grande relevância, já que o seu desenvolvimento impacta directamente nos 3 objectivos estratégicos definidos. É necessário garantir o acesso a embarcações maiores, com melhores condições de navegação para poder alargar o *hinterland*, captar novas mercadorias (como carga contentorizada) e aumentar em termos gerais a competitividade e eficiência do porto de Aveiro.

A linha estratégica Ordenamento Territorial tem impacto, principalmente, no objectivo estratégico "realizar o potencial de capacidade em reserva".

A evolução de um modelo *toolport* para um modelo de *landlord port* constitui um aspecto fundamental do Plano Estratégico, já que permitirá à APA não apenas melhorar a oferta de serviços e reduzir o seu esforço financeiro, com também permitirá centrar-se nos aspectos estratégicos do porto, desenvolver a comunidade portuária e realizar acções comerciais de forma pró activa. Esta linha tem dois grandes eixos de actuação, a saber:

- Realizar um processo de concessão das distintas operações portuárias (em curso);
- Desenhar um modelo organizacional de acordo com o modelo de *landlord port* e sugerir um estudo organizacional profundo que toque não apenas temas operativos, mas também avalie competências, desempenho e a necessidade de contar com áreas focadas no desenvolvimento de negócio, comercialização, planeamento e gestão contínua da estratégia, administração de concessões, entre outras.

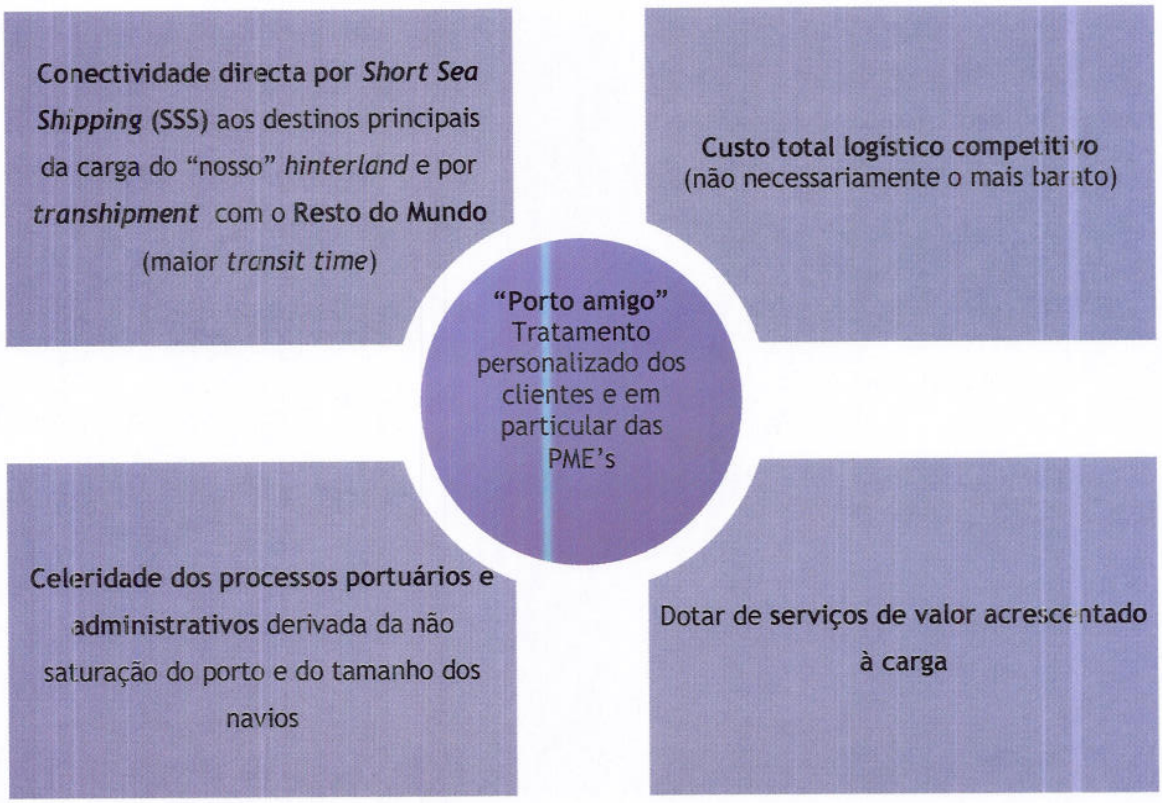
A linha Melhoria do Enquadramento Organizacional e Regulamentar apresenta uma série de projectos muito concretos que têm como fim incidir directamente na consecução do objectivo "melhorar a oferta de serviços portuários". Os projectos aqui incluídos serão cruciais para reforçar a qualidade dos serviços portuários do porto de Aveiro.

A linha Promoção da Actuação Comercial, tem um papel muito importante na execução dos objectivos estratégicos e dela dependerá a atracção de novos tráfegos, com especial relevância

num contexto de captação de carga contentorizada. Para a efectividade desta linha é necessário um estudo organizacional profundo no qual se reforce a estrutura comercial de desenvolvimento de negócio e de informação de mercado do porto.

A linha Envolvimento da Comunidade Portuária (CP) pressupõe levar a cabo uma série de reformas não só nos seus estatutos, mas também nos mecanismos de coordenação (fóruns de CP) e de liderança. Simultaneamente, é necessário estabelecer uma só visão para toda a comunidade portuária, assim como implementar e alinhar a estratégia da CP com a da APA. Finalmente, é importante a existência de projectos focados na integração porto - cidade (leia-se, envolvente urbana/social).

Neste contexto estratégico, a proposta de valor do porto de Aveiro é:



2.2. Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita

2.2.1. Regulamentos Externos

A actividade da APA contextualiza-se numa envolvente legal e regulamentar extensa, de que destacamos:

Decreto-Lei 339/98, de 3 de Novembro: Transforma a Junta Autónoma do Porto de Aveiro, em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, denominada APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.;

Decreto-Lei 40/2002, de 28 de Fevereiro: Altera a área de jurisdição da APA e transfere competências no domínio público hídrico para o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território;

Decreto-Lei 46/2002, de 2 de Março: Atribui às autoridades portuárias a competência integrada em matéria de segurança nas suas áreas de jurisdição. Altera o Decreto-Lei 339/98, de 3 de Novembro;

Decreto-Lei 210/2008, de 3 de Novembro: cria a APFF - Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A. e aprova os seus estatutos, sociedade com capital social inteiramente subscrito e realizado pela APA;

Decreto-Lei 421/99, de 21 de Dezembro: Aprova o Estatuto de Pessoal das Administrações Portuárias (EPAP);

Portaria 1098/99, de 21 de Dezembro, alterada pelas Portarias 364/200, de 23 de Junho; 345/2001, de 6 de Abril; 218/2002, de 12 de Março; 577/2003, de 16 de Março; 1182/2004, de 14 de Setembro; 1146/2005, de 8 de Novembro e 778/2006, de 9 de Agosto: Estabelece as tabelas salariais e outras remunerações específicas, o mapa de pessoal e a descrição de funções das carreiras e categorias profissionais, bem como os critérios a considerar no recrutamento para os cargos de direcção e chefia e o respectivo regime de substituição, do pessoal das administrações portuárias;

Decreto-Lei 558/99, de 17 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 300/2007: Estabelece o regime jurídico do Sector Empresarial do Estado e das Empresas Públicas;

Decreto-Lei 324/94, de 30 de Dezembro: Aprova as bases gerais das concessões do serviço público de movimentação de cargas em áreas portuárias;

Decreto-Lei 48/2002, de 2 de Março: Estabelece o regime jurídico de serviço público de pilotagem nos portos e aprova o Regulamento Geral do Serviço de Pilotagem;

Decreto-Lei 49/2002, de 2 de Março: Estabelece o regime das contra-ordenações a aplicar nas áreas de jurisdição das autoridades portuárias;

Decreto-Lei 273/2000, de 9 de Novembro: Aprova o Regulamento do Sistema Tarifário dos Portos do Continente;

Regulamento (CE) 725, de 31 de Março de 2004: Relativo ao reforço da protecção dos navios e das instalações portuárias. Refira-se que no cumprimento deste regulamento, os diversos terminais deste porto criaram os respectivos Planos de Protecção, estabelecendo e aplicando medidas comunitárias destinadas a reforçar a protecção dos navios utilizados no tráfego internacional e nacional e das instalações portuárias conexas face às ameaças ilícitas internacionais, aplicando o Código do Internacional de Segurança dos Navios e Instalações Portuárias (ISPS);

Decreto-Lei 284/2003, de 8 de Novembro: Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2001/106/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Dezembro, relativa à

aplicação aos navios que escalem os portos da Comunidade ou naveguem em áreas sob a jurisdição dos Estados membros das normas internacionais respeitantes à segurança de navegação, à prevenção de poluição e às condições de vida e do trabalho a bordo dos navios, e a Directiva n.º 2002/84/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Novembro, que altera a primeira no domínio da segurança marítima e de prevenção de poluição por navios (Altera o RINE);

Decreto-Lei 180/2004, de 27 de Julho: Regula o Sistema Comunitário de Acompanhamento e de Informação do Tráfego de Navios;

Decreto-Lei 226/2006, de 15 de Novembro: Define a estrutura básica de organização interna, prevista no Regulamento (CE) nº 725 de 31 de Março de 2004;

Decreto-Lei 254/2007, de 12 de Julho: Define o regime jurídico das prevenção e controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvam substancias perigosas (SEVESO III);

Decreto-Lei 178/2006, de 5 de Setembro, que aprova o regime geral da gestão de resíduos;

Decreto-Lei 165/2003, de 24 de Julho, e demais legislação complementar, relativa à gestão de resíduos de navios;

Lei 58/2005, de 29 de Dezembro, Lei da Água, e demais diplomas regulamentares que regulamentam o regime de utilização dos recursos hídricos e respectivo licenciamento, tais como, o Decreto-Lei 226-A/2007, de 30 de Maio, e Portaria 1450/2007, de 12 de Novembro, designadamente, quanto à captação de águas, rejeição de águas residuais, dragagens e imersão de dragados, entre outros;

Resolução do Conselho de Ministros 25/93, de 15 de Abril: Estabelece um plano de emergência para o combate à poluição das águas marinhas, portos, estuários e trechos navegáveis dos rios, por hidrocarbonetos e outras substâncias perigosas (Plano Mar Limpo);

Decreto-Lei 9/2007, de 17 de Janeiro - Regulamento Geral de Ruído;

Decreto-Lei 78/2004, de 3 de Abril, que estabelece o regime de prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera e demais legislação complementar;

Decreto-Lei 384-B/99, de 23 de Setembro, que cria as zonas de protecção especial (ZPE), incluindo a ZPE da Ria de Aveiro;

Decreto-Lei 69/2000, de 3 de Maio, e demais legislação complementar, que aprova o regime jurídico de avaliação de impacte ambiental.

2.2.2. Regulamentos Internos

Os regulamentos internos da APA, encontram-se disponíveis para consulta na página da Internet da empresa (www.portodeaveiro.pt), destacando-se os seguintes:

Regulamento Geral de Tarifas para 2009;

Regulamento de Tarifas Específicos

- Para o Fornecimento de Energia Eléctrica;
- Para o Fornecimento de Água Potável;
- Para a Recolha de Resíduos;
- Para as Taxas de Ocupações;

Regulamento de Exploração, que define as regras de funcionamento e as condições técnicas de operação do porto;

Regulamento de Segurança;

Normas de Segurança Marítima e Portuária de Aveiro;

Regulamento de Gestão de Resíduos.

A APA dispõe ainda dos seguintes regulamentos internos:

Regulamento Interno para Cobrança de Juros Sobre Dívidas em Mora;

Regulamento de Ajudas de Custo e Despesas de Transporte com Deslocações em Serviço do Pessoal da APA;

Regulamento de Atribuição e Utilização de Viaturas Automóveis;

Manual de Responsabilidades;

Encontra-se em fase de implementação o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) destinado a garantir a excelência e a qualidade do serviço em todas as actividades desenvolvidas pela APA;

Manual de Acolhimento: Aplica-se a todos os novos colaboradores da APA, bem como a estagiários (numa versão adaptada) ou prestadores de serviços com um contacto mais prolongado com esta administração portuária;

Procedimento de Formação, Sensibilização e Competência;

Instrução de Trabalho - Processo de Acolhimento;

Regulamento de Avaliação do Desempenho;

Encontra-se em fase de conclusão o Regulamento de controlo de Alcoolémia.

2.3. Informações sobre transacções relevantes com entidades relacionadas

2.3.1. Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM)

Nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 28º dos estatutos do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM), publicados em anexo ao Decreto-Lei n.º 257/2002, de 22 de Novembro, constitui receita para o IPTM entre outras "*Uma percentagem das receitas de exploração de cada porto integrado em administração portuária, a fixar anualmente por despacho do ministro da tutela*". Refira-se que esta percentagem é actualmente de 4,5% do total das Prestações de Serviços de Exploração Portuária, com excepção da Tarifa de Pilotagem. O montante, referente ao ano de 2008, ascendeu a 139.592€.

2.3.2. APP - Associação dos Portos de Portugal

De acordo com os Estatutos dos Portos de Portugal, os recursos financeiros desta associação, são entre outros, as contribuições dos sócios (administrações portuárias).

2.4. Outras Transacções

2.4.1. Procedimentos adoptados em matéria de aquisição de bens e serviços

Até à entrada em vigor do Código dos Contratos Públicos (CCP), a APA adoptava os procedimentos de contratação de bens e serviços decorrentes da legislação nacional aplicável, mormente o Decreto-Lei n.º 223/2001, de 9 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 234/2004, de 15 de Dezembro e o Decreto-Lei n.º 59/99, de 3 de Março, cuja aplicação era casuisticamente determinada em função do objecto e valor do contrato a celebrar.

Com a entrada em vigor do CCP, em 30 de Julho de 2008, e o enquadramento da APA, como entidade adjudicante para efeitos de aplicação deste diploma legal, a aquisição de bens e serviços e, bem assim, a contratação de empreitadas de obras públicas, por esta Administração Portuária, passou a estar subordinada às regras da escolha do procedimento pré-contratual definidas na parte II do CCP.

2.4.2. Universo das transacções que não tenham ocorrido em condições de mercado

No ano de 2008, não se verificaram transacções que não tenham ocorrido em condições de mercado.

2.4.3. Listas dos Fornecedores que representem mais de 5% dos Fornecimentos e Serviços Externos (no caso de esta percentagem ultrapassar 1 M€)

Não existe nenhum fornecedor cujas transacções representem mais de 5% dos Fornecimentos e Serviços Externos e essa percentagem corresponda a um montante superior a 1 milhão de €.

2.5. Modelo de Governo e identificação dos membros dos órgãos sociais

2.5.1. Modelo de Governo

Nos quadros abaixo são apresentados os Órgãos Sociais da APA, que exerceram funções durante o ano de 2008.

Mandato I

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
	Mesa da Assembleia-geral		
Presidente	Associação Industrial do Distrito de Aveiro (representada por Eng. Valdemar da Silva Coutinho)	21-04-2005	2005/2007
Secretário	Dr.ª Cristina Maria Pereira Branco Mascarenhas Vieira Sampaio	21-04-2005	2005/2007
	Conselho de Administração		
Presidente	Eng. José Luís de Azevedo Cacho	21-04-2005	2005/2007
Vogal (1)	Eng. Rui António Monteiro Gomes de Paiva	21-04-2005	2005/2007
Vogal (2)	Dr. Luís Manuel Dionísio Marques	21-04-2005	2005/2007

	Fiscal Único		
Efectivo	PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda (Representada por Dr. José Pereira Alves)	21-04-2005	2005/2007
Suplente	Dr. José Manuel Henriques Bernardo	21-04-2005	2005/2007

Mandato II

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
	Mesa da Assembleia-geral		
Presidente	Associação Industrial do Distrito de Aveiro (representada por Eng. Valdemar da Silva Coutinho)	31-03-2008	2008/2010
Secretário	Dr.ª Cristina Maria Pereira Branco Mascarenhas Vieira Sampaio	31-03-2008	2008/2010
	Conselho de Administração		
Presidente	Eng. José Luís de Azevedo Cacho	31-03-2008	2008/2010
Vogal (1)	Eng. Rui António Monteiro Gomes de Paiva	31-03-2008	2008/2010
Vogal (2)	Dr. Luís Manuel Dionísio Marques	31-03-2008	2008/2010
	Conselho Fiscal		
Presidente	Dr.ª Maria Isabel Louro Caria Alcobia	31-03-2008	2008/2010
Vogal (1)	Dr.ª Maria Gabriela Nunes Mendes Campos	31-03-2008	2008/2010
Vogal (2)	Dr.ª Ana Maria Vicente da Silva Horta	31-03-2008	2008/2010
Suplemente	Dr. Mário José Alvarinho Carrega	31-03-2008	2008/2010
ROC	PricewaterhouseCooperes & Associados, SROC, Lda representada por Dr. José Pereira Alves ou, em substituição, por Dr. António Joaquim Brochado Correia	12-09-2008	2008/2010

2.5.2. Funções e Responsabilidades

2.5.2.1. Conselho de Administração

As funções atribuídas ao Conselho de Administração da empresa, são as estabelecidas no artigo 10º dos Estatutos da APA, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de Novembro e subsidiariamente, no Código das Sociedades Comerciais.

Presidente: Eng. José Luís de Azevedo Cacho

As funções atribuídas ao presidente do Conselho de Administração da empresa, são as estabelecidas no artigo 13º dos Estatutos da APA, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de Novembro e a coordenação da Direcção de Gestão de Espaços e Ambiente: área funcional de concessões para projectos com importância estratégica para o Porto de Aveiro, do Gabinete de Apoio à Estratégia, Comunicação e Marketing, do Gabinete Jurídico, da Direcção de Exploração Portuária e do Departamento de Pilotagem.

Vogal: Eng. Rui António Monteiro Gomes de Paiva
Coordenação da Direcção de Infra-Estruturas, da Divisão de Segurança e da Direcção de Espaços e Ambiente: áreas funcionais de licenciamentos, ocupações e Ambiente.

Vogal: Dr. Luís Manuel Dionísio Marques
Coordenação da Direcção de Gestão de Espaços e Ambiente: área funcional de gestão de inertes, Auditoria e Controlo de Gestão e Direcção Administrativa e Financeira.

2.6. Remunerações dos membros dos órgãos sociais

2.6.1. Estatuto Remuneratório Fixado

Mesa da Assembleia-geral

Remunerações fixadas em reunião de 27 de Agosto de 2002, pela Comissão de Fixação de Remunerações da APA.

Presidente - Associação Industrial do Distrito de Aveiro (representada por Eng. Valdemar da Silva Coutinho) - senha de presença no valor de 545,31 euros;

Secretária - Dr.ª Cristina Maria Pereira Branco Mascarenhas Vieira Sampaio - senha de presença no valor de 326,98 euros.

Conselho de Administração

Remunerações fixadas em reunião de 27 de Agosto de 2002, pela Comissão de Fixação de Remunerações da APA

Presidente - Eng. José Luís de Azevedo Cacho

Remuneração de 4.204,18 euros, 14 vezes no ano;

Despesas de Representação de 1.471,46 euros, 12 vezes no ano (conforme disposto no n.º 3 da RCM n.º 121/2005, de 1 de Agosto).

Vogal - Eng. Rui António Monteiro Gomes de Paiva

Remuneração de 3.655,81 euros, 14 vezes no ano;

Despesas de Representação de 1.096,74 euros, 12 vezes no ano (conforme disposto no n.º 3 da RCM n.º 121/2005, de 1 de Agosto).

Vogal - Dr. Luís Manuel Dionísio Marques

Remuneração de 3.655,81 euros, 14 vezes no ano;

Despesas de Representação de 1.096,74 euros, 12 vezes no ano (conforme disposto no n.º 3 da RCM n.º 121/2005, de 1 de Agosto).

Fiscal Único

De acordo com a reunião de 27 de Agosto de 2002 da Comissão de Fixação de Remunerações da APA *"a prestação de serviços por parte do ROC, bem como a respectiva formalização, correm os*

seus termos pelo órgão de administração, devendo o pagamento dos honorários ter em conta os valores mínimos que resultem da aplicação do regime legal dos ROC, designadamente do n.º1 do art. 160º, conjugado com os n.ºs 1 e 4 do art. 60º, ambos do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro."

Em 2007 foi celebrado contrato de prestação de serviços com o Fiscal Único, estabelecendo honorários anuais de 18.000 euros, acrescido de IVA à taxa em vigor à data da factura, a pagar em duodécimos por referência ao período de Abril de 2007 a Março de 2008.

Para o ano de 2008, os honorários anuais foram actualizados para 18.550 euros, acrescidos de IVA à taxa em vigor à data da factura, a pagar em duodécimos por referência ao período de Abril de 2008 a Março de 2009.

Os contratos de prestação de serviços celebrados com o Fiscal único referem ainda, que para além dos honorários, a APA assume as despesas de transporte, alojamento e quaisquer outras incorridas no exercício das respectivas funções.

De referir que, na Assembleia-geral de 31 de Março de 2008, foi deliberado proceder à alteração do artigo 15º dos Estatutos da APA, relativo à fiscalização da empresa, passando este a ter a seguinte redacção: *"A fiscalização da sociedade compete a um conselho fiscal e a um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas, que não seja membro daquele órgão, todos eleitos em assembleia-geral por um período de três anos."*

2.6.2. Remunerações e Outras regalias (valores anuais)

Mesa da Assembleia-geral

Valores em euros

	Presidente	Secretária
Remuneração 2008	545,31	326,98

Conselho de Administração

Valores em euros, referentes ao ano de 2008

	Presidente Eng. José Cacho	Vogal Eng. Rui Paiva	Vogal Dr. Luís Marques
1. Remuneração			
1.1. Remuneração Base	58.858,52	51.181,34	51.181,34
1.2. Acumulação de funções de gestão	0,00	0,00	0,00
1.3. Remuneração complementar	0,00	0,00	0,00
1.4. Prémios de gestão	0,00	0,00	0,00

1.5. Despesas de representação	17.657,52	13.160,88	13.160,88

Valores em euros, referentes ao ano de 2008

	Presidente Eng. José Cacho	Vogal Eng. Rui Paiva	Vogal Dr. Luís Marques
1.6. Outras (identificar detalhadamente)	0,00	0,00	0,00
2. Outras regalias e compensações			
2.1. Gastos de utilização de telefones	1.862,77	855,80	664,82
2.2. Valor de aquisição, pela empresa, da viatura de serviço	47.367,70	40.256,58	40.256,58
2.3. Valor do combustível gasto com a viatura de serviço	3.965,47	2.925,78	3.131,47
2.4. Subsídio de deslocação	0,00	0,00	0,00
2.5. Subsídio de refeição	1.300,97	1.582,17	1.363,96
2.6. Rendimentos em espécie [1]	4.261,77	3.629,39	3.629,39
2.7. Outras (identificar detalhadamente)	0,00	0,00	0,00
3. Encargos com benefícios sociais			
3.1. Segurança social obrigatório	12.541,81	10.917,64	10.912,01
3.2. Planos complementares de reforma	0,00	0,00	0,00
3.3. Seguro de saúde	324,97	324,97	324,97
3.4. Seguro de Vida	0,00	0,00	0,00
3.5. Outras (identificar detalhadamente)	0,00	0,00	0,00
4. Informações Adicionais			
4.1. Opção pelo vencimento de origem (s/n)	Não	Não	Não
4.2. Regime de Segurança Social	Regime Geral	Regime Geral	Regime Geral
4.3. Cumprimento do n.º 7 da RCM n.º 155//2005	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
4.4. Ano de aquisição de viatura pela empresa	2005	2005	2005
4.5. Exercício opção aquisição de viatura de serviço	Não	Não	Não
4.6. Usufruto de casa de função	Não	Não	Não
4.7. Exercício de funções remuneradas fora do grupo	Não	Não	Não
4.8. Outras (identificar detalhadamente)	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

[1] Os Rendimentos em espécie dizem respeito à utilização da viatura da empresa, conforme estatuído no n.º 5 do art. 24 de Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS).

Órgãos de Fiscalização

Valores em euros

		2008
	Conselho Fiscal	
Presidente	Dr.ª Maria Isabel Louro Caria Alcobia	0,00[1]
Vogal (1)	Dr.ª Maria Gabriela Nunes Mendes Campos	0,00[1]
Vogal (2)	Dr.ª Ana Maria Vicente da Silva Horta	0,00[1]
Suplemente	Dr. Mário José Alvarinho Carrega	0,00[1]
ROC	PricewaterhouseCooperes & Associados, SROC, Lda representada por Dr. José Pereira Alves ou, em substituição, por Dr. António Joaquim Brochado Correia	20.705,00

[1] Não foram, até à data, atribuídas remunerações aos elementos do Conselho Fiscal.

2.7. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental

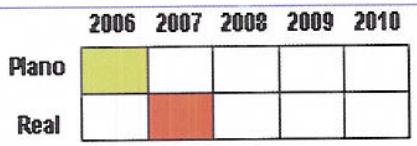
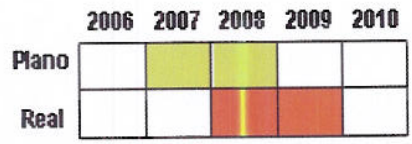
Estratégias adoptadas

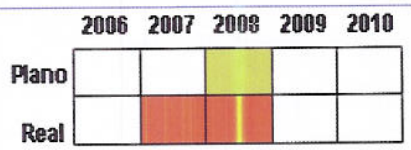
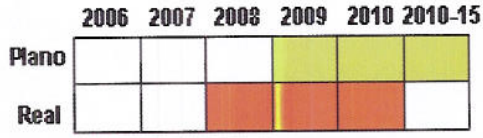
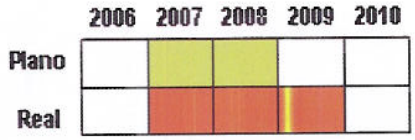
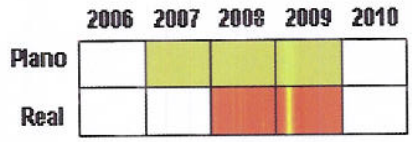
As estratégias adoptadas e o desempenho da APA nos três domínios da sustentabilidade encontram-se desenvolvidos no âmbito do Relatório de Sustentabilidade da empresa. Note-se, que a APA elaborou em 2007, pela primeira vez, um Relatório de Sustentabilidade da actividade desenvolvida pela empresa, o qual está disponível para consulta na página da Internet da empresa (www.portodeaveiro.pt).

Grau de cumprimento das metas fixadas

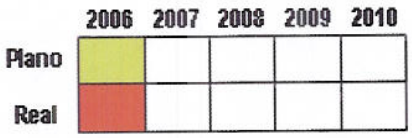
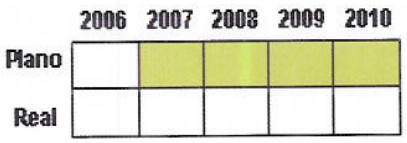
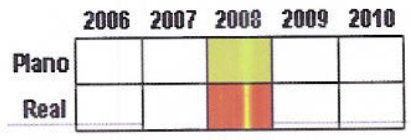
O Plano Estratégico da empresa define 6 grandes linhas estratégicas, que constituem os grandes eixos de acção para atingir os objectivos estratégicos definidos para o Porto de Aveiro. No quadro seguinte evidenciam-se o grau de execução dos projectos incluídos em cada uma das linhas.

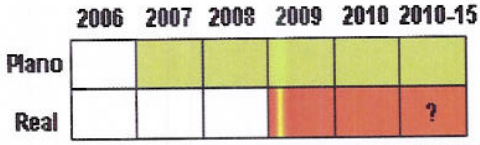
Linha: Melhoria dos acessos

Acções/Projectos	Prazo de Implementação	Comentários
Estudo de navegabilidade do acesso ao porto		Concluído em 2007
Dragagens de estabilização do acesso ao porto		Obra adjudicada, em 2008 com inicio em Maio de 2009 devido a restrições ambientais nos termos de declaração de impacto ambiental

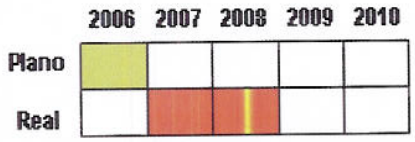
Acções/Projectos	Prazo de Implementação	Comentários
Estudo de reconfiguração do acesso/barra do porto		Concluído no primeiro trimestre de 2009
Reconfiguração do acesso/barra do porto		Assumindo que se obtenham as licenças correspondentes (impacto ambiental, finanças, etc.) o alargamento do molhe estaria programado para começar no início do ano 2010 e terminar no final de 2011
Construção do acesso ferroviário		A construção foi adjudicada no final de 2007, prevendo a sua finalização no final de 2009 (obra REFER)
Conclusão da 3ª fase da via de cintura portuária		Está prevista a conclusão deste projecto, no final de 2009

Linha: Ordenamento Territorial

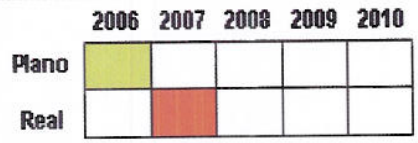
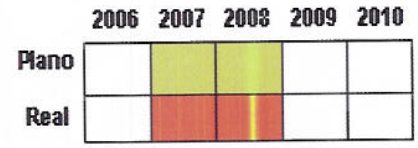
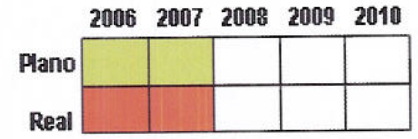
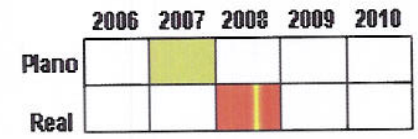
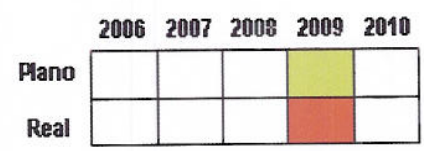
Acções/Projectos	Prazo de Implementação	Comentários
Elaboração do plano de ordenamento territorial do pólo de desenvolvimento		Concluído em 2006
Criação de uma zona transição entre o porto e a zona urbana envolvente		A APA está atenta às oportunidades de aquisição progressiva de terrenos, desde que não seja prejudicado o seu equilíbrio financeiro
Implementação do sistema de informação geográfico		Está em processo e sem atrasos a implementação de um GIS no porto de Aveiro

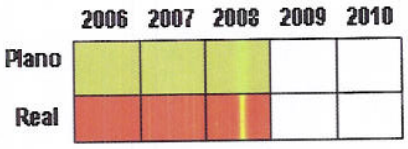
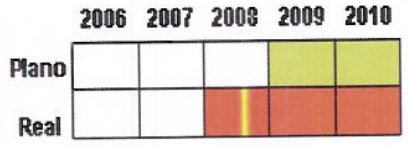
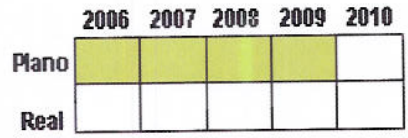
Concretização do projecto da marina da barra		O projecto encontra-se actualmente parado já que não se conseguiram as licenças de impacto ambiental necessárias

Linha: Passagem para o modelo *Landlord Port*

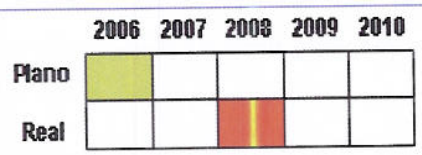
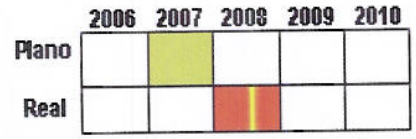
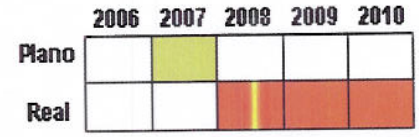
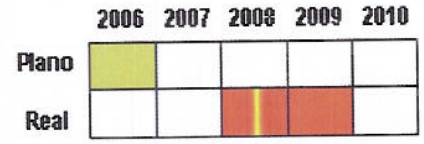
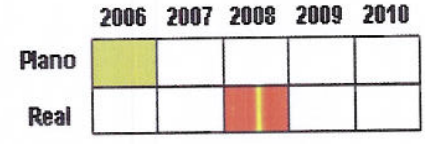
Acções/Projectos	Prazo de Implementação	Comentários
Preparação de um concurso público internacional para a concessão dos terminais de carga seca da zona norte		Face à conjuntura económica nacional, optou-se por manter pendente em 2008, a conclusão do processo para a exploração comercial, em regime de serviço público, da operação portuária no Terminal Norte do porto de Aveiro

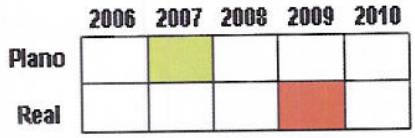
Linha: Melhoria do enquadramento organizacional e regulamentar

Acções/Projectos	Prazo de Implementação	Comentários
Elaboração do regulamento de exploração		Concluído em 2007
Conclusão da actualização do sistema GESPOR		Concluído em 2008
Conclusão da implementação do sistema de informação de gestão da APA (GIAF)		Concluído em 2007
Implementação do VTS		Concluído em 2008
Reorganização dos serviços de coordenação e controlo do movimento portuário dos navios		Não se prevêem grandes atrasos em relação a esta acção

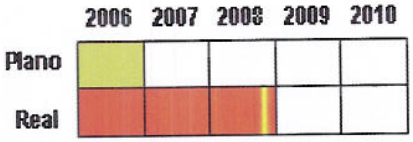
Conclusão do processo de gestão ambiental		Prevê-se a sua conclusão no primeiro semestre de 2009
Elaboração do sistema de qualidade da APA		Durante o ano de 2008 foi elaborado o mapa de estratégia da qualidade da APA e definido o sistema de monitorização dos objectivos traçados
Clarificação do quadro de intervenção da mão-de-obra portuária		Entendimento a nível local alcançado em 2007. Aguarda-se definição ao nível legal e nacional

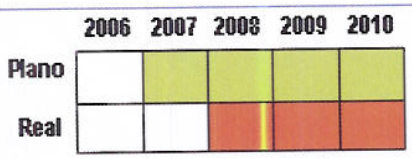
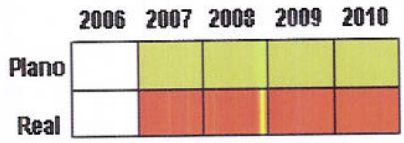
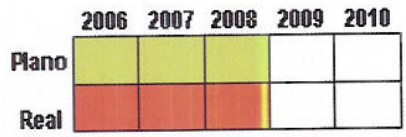
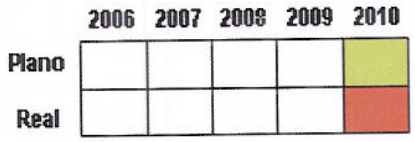
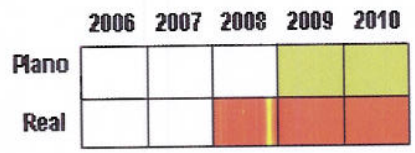
Linha: Promoção da actuação comercial

Acções/Projectos	Prazo de Implementação	Comentários
Elaboração de um estudo de marketing		Concluído em 2008
Elaboração de um plano comercial		Concluído em 2008
Elaboração de um plano de promoção e relações externas		No ano de 2008, foi elaborado o 1.º plano, sendo que o mesmo será actualizado nos anos seguintes tendo por base os objectivos comerciais da Comunidade Portuária
Criação na APA de um observatório de mercado		Acção iniciada em 2008, a dar continuidade em 2009
Elaboração do dossier do investidor do Pólo de Desenvolvimento		Acção concluída em 2008

Criação na APA de um gabinete de apoio ao cliente		Prevê-se a sua conclusão em 2009

Linha: Envolvimento da Comunidade Portuária

Acções/Projectos	Prazo de Implementação	Comentários
Institucionalização de um órgão com funções consultivas envolvendo toda a comunidade portuária		Concluído em 2008

Acções/Projectos	Prazo de Implementação	Comentários
Parcerias com a comunidade intra-portuária		Acção em permanente desenvolvimento
Parcerias com a comunidade extra-portuária		Acção em permanente desenvolvimento
Simplificação e informatização dos procedimentos administrativos e aduaneiros		Actualmente está em execução o projecto PIP`e sob a coordenação da APP
Elaboração da carta de qualidade do porto de Aveiro		Para poder executar com êxito este projecto é necessário primeiro contar com uma comunidade portuária unida e articulada
Promoção conjunta do porto de Aveiro		Fizeram-se alguns avanços na promoção conjunta e alguns acordos, mas é necessário contar com uma comunidade portuária unida e articulada

Politicais prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar as normas de qualidade

As políticas prosseguidas encontram-se desenvolvidas no âmbito do Relatório de Sustentabilidade da empresa.

Identificar os principais riscos para a actividade e para o futuro da empresa

As áreas de navegação internas do porto de Aveiro, bem como os fundos dos principais terminais, encontram-se estabilizados à cota -12 metros, mas as restrições de acesso especificadas no Plano Estratégico continuam a navios com aproximadamente 9 metros de calado e 150 metros de comprimento.

No início de 2008, finalizou-se o estudo técnico com os "Estudos de reconfiguração e de navegabilidade da barra do porto de Aveiro", o qual estabelece as linhas das dragagens a executar para possibilitar o acesso a navios de maiores dimensões: 10 metros de calado e 170 metros de comprimento numa primeira etapa e 200 metros de comprimento e 10,5 metros de calado em etapas posteriores. Segundo o mesmo estudo, ainda existe a necessidade de ampliar o molhe norte em 200 metros para garantir o acesso dos navios ao porto com qualquer tipo de condições climatéricas.

A inexistência de acesso ferroviário, que poderá condicionar o alargamento da zona de influência económica do porto, foi outro dos riscos identificados no Plano Estratégico da empresa. Refira-se que a ligação ferroviária entre os terminais do porto de Aveiro e a linha do Norte, em Cacia, prevista originalmente para finais de 2008, estará terminada entre o fim de 2009 e o início de 2010. Facto este que atrasará a possibilidade de oferecer serviços intermodais e de ligação com os centros logísticos do interior (especialmente com o Porto Seco de Salamanca e a integração na Rede *Cylog*).

Outros riscos identificados para a actividade e para o futuro da empresa são:

- O aumento da concorrência de outros portos, designadamente dos de Leixões e Vigo;
- Concentração oligopolística dos operadores, que pode prejudicar o porto de Aveiro através da concentração de tráfego noutros portos onde os operadores já possuam concessões;
- Possível renitência de intermediários da cadeia logística (transitários, agentes alfandegários, outros) com operações actuais noutros portos (como Leixões), para estabelecer operações e movimentar mercadoria através do porto de Aveiro;
- Ausência de uma rede estabelecida e consolidada de agentes da cadeia logística para movimentar de forma eficiente e competitiva carga contentorizada.

Formas de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial: Responsabilidade Social

Garantia de promoção da igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos, e de não discriminação

A APA detém como princípios orientadores da sua actividade, publicamente consagrados no seu Código de Ética, o respeito pelos direitos humanos e a promoção activa do respeito pela igualdade de oportunidades para todos os seus colaboradores e potenciais colaboradores. Todas as suas práticas, políticas e procedimentos laborais estão orientadas no sentido de impedir a discriminação e tratamento diferenciado em função da raça, género, orientação sexual, credo, estado civil, deficiente física, orientação política ou de opiniões de outra natureza, origem étnica ou social, naturalidade ou associação sindical.

Gestão adequada do capital humano da empresa, com promoção da valorização individual dos recursos humanos, instituição de sistemas que garantam o bem-estar e premeiem o mérito dos colaboradores

No ano de 2008, a APA adoptou um novo sistema de avaliação do desempenho que se pretende que seja um verdadeiro instrumento de apoio à gestão e um factor de mobilização em torno da missão da Empresa, encarado como um estímulo ao desenvolvimento dos colaboradores e à melhoria da qualidade dos serviços.

O objectivo primordial deste novo sistema é, assim, o de dirigir esforços para objectivos capazes de servir o negócio da Empresa e os interesses individuais dos colaboradores, na melhor forma possível de integrar os objectivos organizacionais e objectivos individuais, envolvendo todos os colaboradores em busca da qualidade em todos os níveis, em todas as áreas e em todos os momentos.

Refira-se que esta empresa, aposta claramente na valorização profissional e humana dos seus colaboradores, não só através de um forte investimento em matéria de formação profissional, como igualmente através da concessão de regalias que vão além das obrigações legais inerentes ao estatuto de trabalhador-estudante.

Numa óptica de fomento do convívio entre trabalhadores e respectivas famílias, a APA, apoia a Casa de Pessoal do Porto de Aveiro (Centro de Cultura e Desporto) na promoção de diversas iniciativas que permitem um maior equilíbrio entre vida profissional, familiar e tempos livres.

De igual forma, os estatutos de pessoal e portaria regulamentadora, têm vindo a estipular horários de trabalho com redução progressiva da carga horária semanal e, embora se pratiquem horários de turnos permanentes totais, por via de protocolo com as estruturas representativas

dos colaboradores, esse regime proporciona, de facto, tempos livres facilitadores da conjugação da vida profissional com a vida familiar e social.

A APA possui serviços de Segurança e Higiene (internos) e de Medicina do Trabalho (externos), que desenvolvem as actividades previstas na legislação geral e respectiva regulamentação, promovendo, de igual forma, a elaboração de procedimentos e acções de formação e sensibilização destinadas a incrementar a melhoria das condições de segurança e saúde dos seus colaboradores.

No sentido de proporcionar activamente uma melhoria da qualidade de vida dos seus colaboradores, a APA contratou um seguro de saúde cujo prémio suporta integralmente, e que comparticipa a maioria das despesas médicas apresentadas, incidindo sobre o remanescente não comparticipado pela ADSE ou pela Administração Regional de Saúde, complementando assim, o sistema de saúde dos subscritores da Caixa Geral de Aposentações e da Segurança Social. Este seguro é, de igual forma, extensível ao agregado familiar do colaborador, a valores mais atractivos do que os existentes no mercado.

Adopção de práticas ambientalmente correctas

A APA tem vindo ao longo dos últimos anos, a desenvolver algumas acções que permitam o total cumprimento dos requisitos legais e a melhoria do seu desempenho ambiental. Neste contexto, em 2008 destacaram-se as seguintes acções:

- Entrada em funcionamento das novas infra-estruturas do sistema de abastecimento de água do Terminal de Granéis Líquidos, onde se incluem, furo de captação de água, instalação de recepção e bombagem, com maior capacidade de armazenagem de água, rede de incêndios e novos ramais de água para consumo humano;

- Conclusão de algumas obras de protecção e alteração às Estações de Tratamento de Águas Residuais e entrada ainda em funcionamento de novas mini-ETAR, associadas à ocupação/construção de edificados. Foi ainda elaborado e aprovado o Regulamento de Drenagem de Águas Residuais do Porto de Aveiro, que visa complementar o que se encontra estabelecido no Regulamento de Exploração do Porto de Aveiro nesta matéria;

- A gestão de resíduos continua a merecer particular atenção da APA, quer no que respeita à recepção e controlo dos resíduos de navios, quer quanto à recolha e encaminhamento dos resíduos sólidos urbanos das áreas portuárias e áreas conexas, promovendo, sempre que possível, a recolha selectiva dos resíduos e a respectiva entrega para valorização ou reciclagem. A Administração promoveu ainda a limpeza e organização dos diferentes espaços, com remoção de diversos veículos em fim de vida e equipamentos/materiais obsoletos para Operadores de Resíduos Autorizados;

- Realização da avaliação do ruído ambiental gerado pelo porto de Aveiro para o exterior. Complementarmente, e no intuito de dar cumprimento ao estipulado na Declaração de Impacte Ambiental, a APA promoveu ainda o estudo para o ambiente sonoro da via de cintura portuária - 3.ª fase, cuja obra se encontra em execução;

- Relativamente às emissões atmosféricas, e na sequência do vasto conjunto de medidas desenvolvidas desde 2006 relativas à minimização da emissão difusa de partículas, foi concluído em 2008 o estudo de avaliação dos impactes das actividades portuárias na qualidade do ar (partículas) da povoação adjacente, designadamente, o impacte resultante da movimentação de granéis sólidos no Terminal Norte do porto de Aveiro e do transporte eólico dos inertes em depósito nos terraplenos portuários;

- O desempenho energético tem vindo a assumir uma maior relevância no contexto da sustentabilidade das empresas. Esta preocupação encontra-se directamente reflectida num dos princípios da Política Ambiental da APA, a qual tem vindo a programar e a desenvolver algumas acções de redução dos consumos energéticos e avaliação da eficiência energética. Estes trabalhos só ficarão contudo concluídos em 2009;

- Execução dos estudos de caracterização e elaboração dos Planos de Monitorização necessários quer à prevenção quer à avaliação de eventuais impactes negativos no meio marinho, designadamente, na qualidade da água, sedimento e biota, resultantes das dragagens e deposição/imersão de dragados no mar.

Desenvolvimento sustentável

Criação de valor para o accionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactes ambientais, económicos e sociais das actividades, etc)

No âmbito do cumprimento do Plano Estratégico do porto de Aveiro, iniciou-se, em 2008, a implementação de um sistema de gestão da qualidade, destinado a garantir a excelência e a qualidade do serviço em todas as actividades desenvolvidas pela APA.

A APA pretende, indubitavelmente, adoptar como valor de actuação a "satisfação do cliente", descrito como a orientação para a qualidade da prestação de serviços, com permanente adaptação às necessidades dos clientes.

Com a implementação do sistema de gestão da qualidade, visa, nomeadamente, criar/potenciar:

- Visão de "negócio" conhecida e partilhada por todos (sendo incrementada a comunicação organizacional);
- Liderança do processo pela organização de topo;
- Comunicação interna intensa e eficaz;

- Envolvimento de todos os colaboradores nos processos, através da descentralização e participação de grupos de trabalho;
- Reconhecimento pelo empenho;
- Avaliação constante do processo, por forma a apurar os custos da "não qualidade";
- Aumento de produtividade e redução de custos internos;
- Liderança pelo exemplo de dedicação e excelência de serviço;
- Aumento da satisfação e confiança do cliente;
- Acesso a novos mercados;
- Investimento na formação e valorização dos colaboradores.

Com efeito, os requisitos exigidos pela implementação de um sistema de gestão da qualidade auxiliam a criação de uma maior consciencialização dos colaboradores, melhoria de processos internos, monitorização do ambiente de trabalho, verificação da satisfação dos clientes, colaboradores e fornecedores, proporcionando à organização uma maior organização e produtividade facilmente identificável pelo cliente.

Refira-se ainda que a APA cuida com especial cuidado das questões associadas aos riscos de derrames de hidrocarbonetos ou produtos químicos, situações contempladas no Plano de Emergência Interno do Porto de Aveiro.

Assim, a APA dispõe de sistemas de contenção e recolha de derrames, bem como exerce uma vigilância contínua sobre os navios que demandam o porto de modo a garantir a operação em condições adequadas, em particular, dos navios contendo produtos químicos perigosos.

De igual modo, mantém através de sondagens regulares dos fundos, o conhecimento sobre a movimentação de fundos, e assegura através das dragagens regulares de manutenção dos canais e bacias portuárias, as necessárias condições de segurança e operacionalidade do porto.

Ver também, capítulo 12, deste documento e relatório de Sustentabilidade da empresa disponível em www.portodeaveiro.pt.

Promoção Ambiental

Em paralelo com a sua determinação em assumir um papel relevante para o progresso da região em que se insere e da vasta comunidade que serve, esta Administração está também empenhada em constituir-se como indutora de práticas que respeitem o princípio do desenvolvimento sustentável e da preservação do meio ambiente.

Assim, a APA implementou e mantém em funcionamento um Sistema de Gestão Ambiental, segundo a Norma *NP EN ISO 14001:2004*, integrado no sistema de gestão global da empresa.

Do seu funcionamento, constata-se que este tem permitido melhorar não só o desempenho ambiental, bem como tem ainda induzido a sistematização de outros processos da organização, tais como, formação, estrutura e responsabilidades, identificação de requisitos legais e comunicação.

De acordo com a Política Ambiental, aprovada em Dezembro de 2006, e na qual se renova o compromisso da melhoria contínua, os princípios em que assenta a actuação da APA são, entre outros:

- Gestão racional e eficiente de recursos (água e energia);
- Prevenção da poluição e minimização dos impactes ambientais significativos;
- Cumprimento dos requisitos legais;
- Incentivo da Comunidade Portuária à melhoria constante do seu desempenho ambiental;
- Cooperação e comunicação com entidades externas.

Contribuição para a inclusão social (empregabilidade)

A APA mantém inúmeras parcerias com instituições de ensino, tanto superior como secundário, numa óptica de permanente aproximação entre a cultura académica e empresarial, traduzidas quer no acolhimento de estágios de nível universitário ou secundário, quer no apoio de projectos específicos, apostando num claro envolvimento com o ensino na região.

De referir, que a APA concedeu no ano de 2008, oito estágios curriculares, em média com uma duração de 3 meses, não remunerados, mas beneficiando, os estagiários, de direito a transporte.

Serviço público e de satisfação das necessidades da colectividade

O cumprimento das atribuições de serviço público estabelecido nos Estatutos da APA, é integralmente assumido no desenvolvimento da actividade da APA.

A APA detém a figura de Provedor do Cliente do Transporte Marítimo do Porto de Aveiro, visando garantir os direitos de quem utiliza o transporte marítimo, em conformidades com uma das directrizes consignadas nas "Orientações Estratégicas para o Sector Marítimo-Portuário".

O apoio dado pela APA para o desenvolvimento de iniciativas promovidas por diversas instituições de cariz social e religioso da região (grupos desportivos, bombeiros, paróquia, escolas) é prova de empenhamento da empresa na satisfação das necessidades da colectividade.

Moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa, designadamente, pela via de investigação, da inovação, do desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo

A APA tem vindo a melhorar sustentadamente os seus sistemas de informação, de forma a desburocratizar os procedimentos e processos administrativos e a facilitar o acesso à informação relevante por parte dos clientes e operadores.

Actualmente, estão implementados, ou em início de implementação, os seguintes sistemas principais:

- Newsletter Electrónica, desde 2005;
- Novo site na Internet, desde 2005;
- GESPOR - sistema de partilha de dados para a gestão das escalas dos navios, desde 2005;
- GIAF - sistema de gestão financeira e administrativa, desde 2005;
- SIGPOR - sistema de gestão de tarifas e facturação, desde 2006. Efectua interligação entre GESPOR e GIAF;
- VTS - Vessel Traffic System, sistema de gestão do tráfego portuário e costeiro, implementado em 2007;
- Participação no projecto PORTMOS permite contribuir para a definição do conceito e dos requisitos para operacionalidade das Auto-Estradas do Mar, que terão impactes muito significativos no que respeita à organização das cadeias de transporte no espaço europeu, e, em particular, na necessidade de alinhamento entre os portos nacionais e europeus;
- Participação no projecto PIP`e, que garantirá a implementação do modelo de "Janela Única Portuária" em todos os portos nacionais e a simplificação / harmonização de procedimentos com todos os agentes económicos e restantes Autoridades (Marítima, Sanitária, Veterinária, Fronteiras e Policiais).

Planos de Acção para o Futuro

A resposta a este ponto relaciona-se com o desenvolvimento das linhas estratégicas, definidas no Plano Estratégico do Porto de Aveiro, elaborado em 2006 e revisto em 2008, conforme primeiro ponto deste capítulo.

2.8. Avaliação do cumprimento dos princípios do bom governo

Conforme descrito nos parágrafos anteriores, considera-se que a APA cumpre com os Princípios do Bom Governo definidos nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007.

2.9. Código de Ética

O Código de Ética da APA, foi aprovado pelo Conselho de Administração, em sua reunião de 19 de Novembro de 2008 e divulgado junto de todos os trabalhadores, encontrando-se disponível na página da internet da empresa (www.portodeaveiro.pt).

3. Gestão de Riscos

A premissa inerente à gestão de riscos corporativos é que toda a organização existe para gerar valor às partes interessadas.

Todas as organizações enfrentam incertezas sendo o desafio dos gestores determinar até que ponto podem aceitar essa incerteza, assim como definir como essa incerteza pode interferir no esforço para gerar valor às partes interessadas. Incertezas representam riscos e oportunidades, como potencial parar destruir ou agregar valor. A gestão de riscos corporativos possibilita aos gestores tratar com eficácia as incertezas, bem como os riscos e as oportunidades associadas, com a finalidade de melhorar a capacidade de gerar valor.

O valor é maximizado quando a organização estabelece estratégias e objectivos para alcançar o equilíbrio ideal entre as metas de crescimento e de retorno de investimento e os riscos a elas associados para explorar os seus recursos com eficácia e eficiência na busca dos objectivos da empresa.

O presente capítulo pretende dar cumprimento ao número 1 do artigo 66.º do Código das Sociedades, bem como à alínea h) do número 5 do mesmo artigo.

Estabelece o número 1 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, que o relatório de gestão deve conter uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a sociedade se defronta.

A APA procede a uma política de gestão de risco, assumindo uma postura conservadora face ao risco. De entre os principais riscos destacamos as seguintes estruturas de acção:

- riscos estratégicos, devidamente identificados no Plano Estratégico da empresa (www.portodeaveiro.pt), correspondem acções estratégicas cuja execução é acompanhada pelo modelo de alinhamento organizacional;
- riscos ambientais, umas das principais responsabilidades da empresa, são monitorizados e minimizados através do nosso Sistema de Gestão Ambiental;
- riscos de segurança são regularmente reavaliados e objecto da actuação de colaboradores especializados e da coordenação de diversas entidades no âmbito da Protecção Civil;
- riscos de negócio, apesar da complexidade crescente, são objecto de uma política financeira com base na previsibilidade das receitas futuras, sempre que possível com base contratual;

- riscos de conformidade, com a legislação e contratos, são objecto de procedimentos internos com forte intervenção dos nossos colaboradores jurídicos.

No sentido de garantir a cobertura dos prejuízos resultantes da exploração da actividade desenvolvida pela empresa, a APA contratou no ano de 2001e mantém válido, um Seguro de Responsabilidade Civil.

4. Política de Financiamento

A política de financiamento da APA, suporta-se em 2 vectores principais:

- Financiamento de Longo Prazo;
- Financiamento de Curto Prazo.

Financiamento de Longo Prazo

O financiamento de Longo Prazo encontra-se assegurado pela celebração de contrato de financiamento com o Banco Europeu de Investimento (BEI) e pela celebração de contrato de empréstimo celebrado com o consórcio Banco BPI, S.A. e Banco Comercial Português, S.A.

O empréstimo concedido pelo BEI, a 29 de Outubro de 2004, com garantia do Estado português, no montante de 30 milhões de euros, teve por objectivo o financiamento das obras de expansão e aumento de capacidade das infra-estruturas do porto de Aveiro e a reconfiguração do acesso/barra do porto de Aveiro, projecto considerado pelo Governo *"de grande interesse regional e nacional, ao melhorar as condições de navegabilidade do acesso marítimo do porto de Aveiro, peça importante para o desenvolvimento do sistema portuário português."*

De referir que, até ao momento foram utilizados 20.000.000€.

O capital mutuado pelo banco vence juros calculados à taxa Euribor acrescidos de um *spread* máximo de 0,13%. O capital emprestado será amortizado em trinta e duas prestações semestrais consecutivas, tendo-se vencido a primeira em 15 de Dezembro de 2008 e a última, vencer-se-á em 15 de Junho de 2024. As primeiras 31 prestações são constantes em capital e correspondem, cada uma, a 1/42 do capital em dívida e a última prestação corresponde a 11/42 do capital dessa parcela desembolsada. Refira-se que a APA poderá solicitar ao Banco que a última prestação seja paga em fracções semestrais consecutivas e constantes de capital, vencendo-se a primeira em 15 de Junho de 2024 e a última em 15 de Junho de 2029.

A taxa de garantia pessoal concedida pelo Estado, sob a forma de fiança, para cumprimento das obrigações de capital e juros do empréstimo contraído pela APA, junto do BEI, ascende a 0,2% ao ano, sobre o capital em dívida.

Relativamente ao empréstimo supra referido, a empresa tem a possibilidade de proceder ao seu reembolso antecipado. Tendo por base as projecções de *cash-flows* de médio e longo prazo para o período de 2009-2018, caso a empresa afectasse estes montantes à amortização do empréstimo, tal sucederia até ao ano de 2016.

De referir que, durante o ano de 2007, a APA celebrou com uma instituição bancária um contrato de permuta de taxa de juro (*interest rate swap*), através dos quais converteu a taxa de juro variável em taxa de juro fixa, relativamente a 60% do valor do empréstimo contraído junto do Banco Europeu de Investimento.

O empréstimo celebrado com o consórcio Banco BPI, S.A. e Banco Comercial Português, S.A., no montante de 2.500.000€, em Janeiro de 2007, teve como finalidade proceder à amortização antecipada do empréstimo bancário APP/2000, cujo serviço de dívida era partilhado com as restantes Administrações Portuárias principais, em função dos respectivos volumes de negócio. Tratava-se de um factor de risco para a performance económica da APA, tanto mais que era expectável o aumento da sua responsabilidade no pagamento do serviço de dívida. O empréstimo vence juros à taxa nominal correspondente à taxa Euribor a seis meses, acrescida de uma margem de 0,125% ao ano. O reembolso do capital utilizado é efectuado em 19 prestações semestrais, constantes e sucessivas, de capital e juros, tendo-se vencido a primeira, 12 meses após a assinatura do contrato.

No quadro abaixo são apresentados os movimentos efectuados nas operações de financiamento de Longo Prazo, nos últimos 5 anos.

Valores em euros

	BEI	BPI e BCP
Montante contratado	**20.000.000€**	**2.500.000€**
Amortizações		
2004	0	0
2005	0	0
2006	0	0
2007	0	0
2008	476.190	263.194
Pagamento de Juros		
2004	0	0
2005	404.028	0
2006	577.632	0
2007	833.864	50.341
2008	991.256	115.522
Outros Pagamentos		
2004	0	0
2005	38.111	0
2006	40.667	0
2007	40.556	2.014
2008	40.667	4.621

Financiamento de Curto Prazo

O actual contrato com o BEI, não dispensa a manutenção de financiamento de curto prazo. Desde logo porque os montantes mínimos de desembolso pelo BEI ascendem a 5.000.000€ (sendo portanto necessário acumular financiamento em conta-corrente e posterior transferência), mas também, e mais importante, porque a APA continuou a registar necessidades cíclicas de financiamento cuja colocação no BEI não se revela vantajosa. A título exemplificativo, incluem-se nestas necessidades de curtíssimo prazo os pagamentos de facturas de empreitadas objecto de posterior reembolso por fundos PIDDAC, FEDER ou Fundo de Coesão.

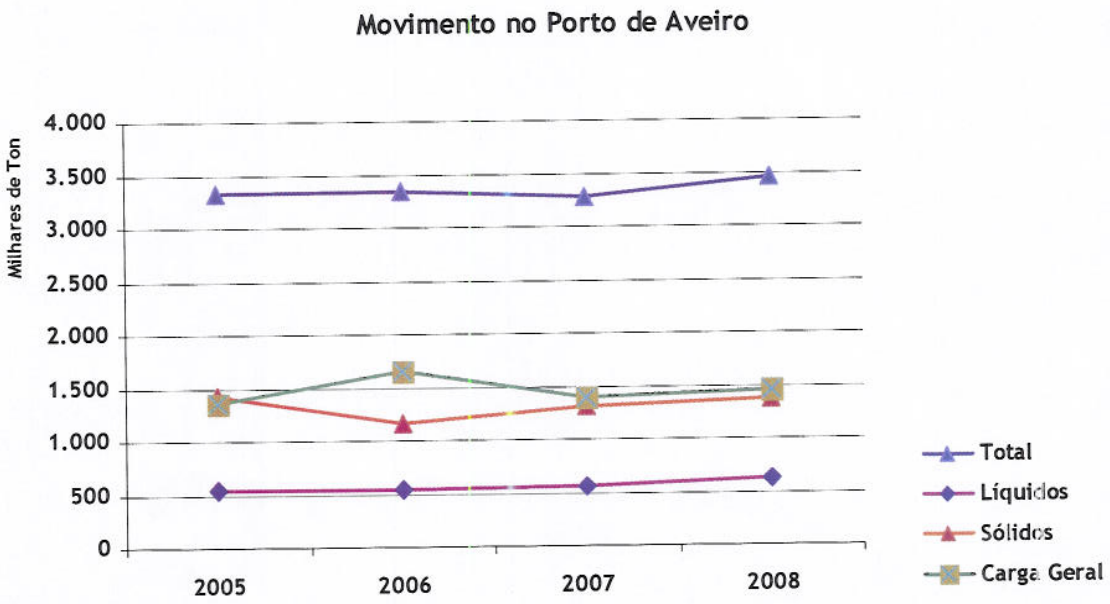
Para fazer face a estas necessidades, a empresa detém contratos de financiamento de curto prazo, com algumas instituições bancárias. Refira-se que a assinatura destes contratos de financiamento de Curto Prazo, não implicam qualquer acréscimo de financiamento da APA, consubstanciando apenas uma diversificação nas fontes de financiamento da empresa, nas melhores condições de financiamento de curto prazo, que são apresentadas pelo mercado bancário.

5. Actividade Portuária

Depois da quebra de 2007, o movimento de mercadorias no porto de Aveiro regressou em 2008, à tendência de crescimento, com um novo recorde de movimentação de cargas: 3,5 milhões de toneladas, mais 6%, ou 194 mil toneladas, do que no ano de 2007.

A movimentação da Carga Geral subiu 4,71%, para muito perto dos 1,5 milhões de toneladas; os Granéis Sólidos progrediram 4,78% para os 1,4 milhões de toneladas e os Granéis Líquidos aumentaram 11,55%, até às 629 mil toneladas.

A carga contentorizada continua sem expressão nos números globais do porto, mas ainda assim são de registar 577 toneladas movimentadas, fruto da experimentação de uma linha regular de transporte marítimo de contentores para a maior cidade de Marrocos, Casablanca.



5.1. Movimento de Navios

O movimento de navios no porto de Aveiro registou em 2008 um total de 1.010 navios, a que corresponde uma arqueação bruta total de 3.325.462 GT. Face ao ano anterior, observa-se um aumento de 3,38% no número de navios e de 8,36% em termos de GT, o que implicou um aumento na arqueação média dos navios, que passou de 3.141 GT em 2007 para 3.293 GT em 2008.

No quadro abaixo, verifica-se um aumento do número de navios com classes de arqueação bruta (GT) superiores, ou seja, assiste-se a uma alteração do mix de navios deste porto, com um